

Legislação preocupa

A arquiteta e urbanista Tânia Batella faz parte da Federação de Entidades em Defesa do Distrito Federal. Ela foi uma das lideranças indicadas para participar do encontro com os consultores da Unesco e levou um material detalhado para a reunião. Segundo ela, atualmente, um dos problemas mais graves do DF é a legislação distrital. Para a especialista, há pontos de divergência com as leis do tombamento. "Nossa ideia é mostrar à Unesco os graves problemas da legislação. O governo federal editou uma portaria para criar a zona de proteção da área tombada, que tem pontos conflitantes com o disposto no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico", comentou Batella.

Ela também falou sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. "Essas leis foram criadas com base nos interesses do setor imobiliário, não com as necessidades da sociedade e da preservação do patrimônio", acrescentou a arquiteta. Tânia Batella acredita que a participação da sociedade foi imprescindível para que a Unesco enviasse uma nova missão à cidade. "A atuação dos brasilienses teve peso fundamental. Se dependesse apenas dos governos local e federal, não haveria nenhuma mobilização nesse sentido", finalizou.

Entre os moradores do Sudoeste, a grande reivindicação é contra a construção das quadras 500 do bairro. O presidente do Conselho Comunitário do Sudoeste, Élber Barbosa, também participou da reunião realizada ontem à tarde e expôs os receios dos moradores da região. "Viemos mostrar à Unesco que a construção de prédios a menos de 100 metros do Eixo Monumental pode afetar o tombamento, já que isso não estava previsto no projeto original de Lucio Costa", justificou Élber. (HM)